

HABEAS CORPUS Nº 494.020 - RJ (2019/0046383-4)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : JORGE DA SILVA NETO - RJ094691
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : DANIEL FLORENCIO BARBOSA (PRESO)
PACIENTE : EDUARDO CRISTIANO DE AMORIM (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de petição, com pedido liminar, formulada por DANIEL FLORENCIO BARBOSA e EDUARDO CRISTIANO DE AMORIM, apontando como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**.

Depreende-se dos autos que o eg. Tribunal de origem, acolhendo as razões do recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público Estadual, contra r. decisão de primeira instância que indeferiu o pedido de decretação da prisão preventiva, deu provimento ao recurso para decretar a segregação provisória do ora paciente pela prática, em tese, do delito de roubo majorado.

Daí o presente **writ**, no qual aduz o impetrante que os paciente estariam sofrendo constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação do v. acórdão que determinou sua segregação cautelar.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva do paciente.

É o relatório. **Decido**.

A alegação do impetrante é insuscetível de conhecimento, pois verifica-se que a presente petição consubstancia mera **reiteração de pedido** deduzido em petição apresentada nos autos do **HC 493.686/RJ**, que também tramita perante esta eg. Corte Superior de Justiça e trata de pedido idêntico ao

aqui discutido, em favor dos mesmos pacientes e contra o mesmo acórdão recorrido.

Ademais, a análise do pedido liminar já foi realizada nos autos **HC 493.686/RJ**, bem como foram solicitadas informações e foi determinado vista ao Ministério Público Federal para parecer.

Nessa hipótese, em que o Tribunal já examina a controvérsia em outra sede processual, torna-se inviável o conhecimento da petição na qual se reitera o pleito.

Ilustrativamente:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CRIME TRIBUTÁRIO. CAUSA DE AUMENTO PREVISTA NO ART. 12, I, DA LEI N. 8.137/90. MERA REITERAÇÃO DE PEDIDO CONTIDO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE.

RECURSO JÁ JULGADO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO.

1. É inadmissível a análise de impetração cujo objeto é idêntico ao contido em Agravo em Recurso Especial, que, inclusive, já foi julgado, tendo em vista a impossibilidade de reiteração de pedidos nesta Corte Superior.

2. Considerando a celeridade do rito do habeas corpus, toda a prova do direito alegado deve estar pré-constituída e disponível no momento e nos autos da impetração, sob pena de não conhecimento do mandamus.

Agravo regimental desprovido' (AgRg no HC 381.729/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Pacionik**, DJe 06/06/2017).

Ante o exposto, com fulcro no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o processamento do presente **writ**.

P. e I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

